

Ata nº 82 da reunião da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com ocupações urbanas e rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários, realizada no dia 11 de abril de 2017 (terça-feira), na Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG, Prédio Gerais – 1º andar – salas 06 e 07, com previsão de início para às 09:00h, cujo objetivo foi buscar uma solução justa e pacífica ao conflito urbano atinente às Ocupações localizadas nos municípios de Capitão Enéas, Itatiaiuçu e Campos Altos – MG.

Lígia Maria Alves Pereira, Coordenadora da Mesa de Diálogo, iniciou os trabalhos, houve a costumeira rodada de apresentações e informou-se que a assinatura na lista de presença se irradiaria à ata. Informou que a reunião teria duas pautas, uma urgente, que é o conflito na Fazenda Norte América em Capitão Enéas/MG e a outra é o conflito da Fazenda Monte Alvão em Itatiaiuçu/MG e que também vai ser incluído o conflito existente em Campos Altos, Fazenda Maranhão. Informou, também, que normalmente todas as partes envolvidas na demanda participam das reuniões da Mesa de Diálogo, mas em consideração as circunstâncias, dos últimos acontecimentos, nem todas as partes puderam estar presentes.

Cristiano, representante do MST, fez um relato do conflito existente desde 2003. Na época o INCRA iniciou um processo de compra e venda da área, mas por motivos diversos não obteve êxito nas negociações. Sendo assim, houve a reintegração de posse dessa área, as famílias foram realocadas resultando nos assentamentos Darcy Ribeiro e Sol Nascente, outras famílias se juntaram à outras ocupações. No início do ano a fazenda Norte América foi novamente ocupada, tiveram alguns conflitos, mas o proprietário e o MST chegaram a um acordo onde o MST ficaria com uma área da fazenda, foi redigido um contrato de Comadato desta área, e desocuparia a sede da fazenda. Residem na área aproximadamente 650 famílias. Segundo relatos dos moradores, no dia 09 de abril do corrente ano (domingo), os integrantes do acampamento foram convidados para uma reunião na sede da fazenda, mas antes mesmo de chegarem ao local foram recebidos “a bala” pelo proprietário e seus “jaguços”. Havia mulheres, crianças e idosos no grupo e 03 (três) pessoas foram baleadas e varias ficaram feridas. Relatou que o conflito só não se agravou

porque não houve mortes. Relatou que os responsáveis pelo atentado não foram presos e que a polícia do município está vigiando o acampamento. Pontuou que esse é um conflito iminente, que o Léo Andrade não tem um bom histórico, que há pouco tempo estava preso. Disse que o MST tem esperança de sair dessa reunião com encaminhamentos para a solução do conflito, que não entendem o por que do Léo Andrade não estar preso uma vez que houve uma tentativa de chacina. Relatou que o INCRA não tem ajudado no processo de desapropriação de imóveis, que é bom que esteja presente para que possa se posicionar na busca da resolução do conflito. Que o Judiciário está concedendo liminares de reintegração de posse em menos de 10 (dez) dias.

Dr. Reinaldo Lima, representante da Polícia Civil, relatou que entrou em contato com o delegado regional de Montes Claros e foi comunicado que 03 (três) indivíduos foram presos em flagrante por porte de arma de fogo de uso restrito, que não tiveram prisão por tentativa de homicídio porque não conseguiram individualizar as ações. Que o Léo Andrade não foi preso por ter fugido do local. Que a resposta da ação será dada no mais tardar em 30 (trinta) dias com a finalização do Inquérito policial.

Major Madureira, representante da Polícia Militar, relatou que o papel da Polícia Militar é reestabelecer a ordem, que é imparcial. Pontuou que foram feitas 02 (duas) prisões.

Cristiano Silveira, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, informou que a aprovação de um requerimento de visita de uma comissão de deputados para compreender melhor o conflito e provavelmente marcar uma audiência pública, pode acontecer amanhã. Que em relação aos abusos da polícia militar, que sejam feitas denúncias à comissão de Direitos Humanos para que sejam apurados os fatos.

Segundo membros do MST a polícia militar da região não é imparcial, que o Léo Andrade afirmou que “faz e desfaz porque é membro do governo federal”. Informaram que ele oferecia aos policiais que sempre ficam do lado dos fazendeiros.

Cristiano, MST, informou que o Cabo Rocha, pegou um menino de 21 anos e bateu muito nele, ameaçando que se ele contasse ou fizesse alguma denuncia se vingaria da família dele, que por causa das ameaças não foi formalizada nenhuma queixa.

Wilton, SEDEPAC, fez um breve histórico e lembrou os massacres de Carajás no Pará e Felisburgo em Minas Gerais. Que a estratégia são as mesmas, de mobilização das pessoas. Que não é um caso isolado, que por falta de orientação muitas ações são feitas. Que a SEDPAC está se deslocando para o local.

Professor Neivaldo, secretário de Estado da SEDA, pontuou que foram discutidos os papéis do Estado e da Policia. Que a SEDA tem feito muitos trabalhos na busca de uma solução dos conflitos no estado. Que nesse caso específico é o INCRA que tem que dar uma resposta para a solução do problema. Qual a ação imediata? Que a solução é o assentamento das famílias.

Robson Fonzar, representante do INCRA, informou que o órgão tem 285 projetos de assentamento e competência para realizar a reforma agrária. Fez um relato sobre 2003, 2004 e 2005, quando estava no auge de ações. Pontuou que temos uma legislação defasada em relação aos processos de reforma agrária, que o índice de produção dos imóveis é um entrave para a obtenção de terras para fins de reforma agrária. Que em 2002 se iniciou o processo de desapropriação da Fazenda Norte América, que houve um lapso temporal entre 2005 e 2016 de não tramitação do processo de desapropriação. Pontuou que os processo avançam melhor na base do diálogo e negociação, que tendem a perder ações quando são judicializadas. Pontuou que o INCRA tem optado por compra e venda de imóveis. Em relação a esse imóvel, Fazenda Norte América/Holanda, o INCRA não recebeu qualquer tipo de proposta do proprietário ou qualquer documentação. Se há contrato de Comodato o INCRA entende que não existe ocupação. Salientou que tem pontos que o INCRA não tem como avançar sem a presença do proprietário e que o presente processo é complexo e moroso, tendo que definir se o melhor caminho é a compra do

imóvel. Informou que por decisão de gestão só serão feitas reuniões previamente agendadas para que, assim, sejam feitas reuniões resolutivas.

Dr. Afonso Henrique, representante do Ministério Público de Minas Gerais, pontuou que a sinalização do governo federal é clara, que não está ao lado dos trabalhadores. Disse que o Ministério Público Estadual sempre estará em parceria com o Ministério Público Federal nas questões relacionadas aos conflitos agrários. Que o Estado tem que se aparelhar para evitar que a violência aumente no estado. Salientou que esse caso se assemelha muito ao caso de Felisburgo. Que teria que ser aparelhada a delegacia de conflitos agrários e fundiários. Pontuou, mais, que no caso se tem uma caracterização jurídica, que o contrato de comodato diz que se o INCRA não se posicionar no prazo estipulado o contrato será rescindido e questionou ao INCRA se ele tem conhecimento dessa questão. O INCRA informou que não tem conhecimento, que não recebeu nada em relação a essa questão.

Cristiano, MST, informou e mostrou um documento assinado pelo INCRA nacional de recebimento da questão, que não chegou ao INCRA de Minas Gerais porque o superintendente não quis receber o MST.

Dr. Afonso Henrique, informou que o contrato de comodato ainda está vigente, que o MST tem a posse da área. Pontuou que o estado está sendo tomado por grupos armados, que o crime tipificado teria que ser o de formação de quadrilha (art. 288, CP), que em se tendo uma delegacia especializada em conflitos agrários seria mais fácil de resolver as questões, que o porte de arma não é suficiente para conter a violência.

Representantes do MST, disseram que não ficaram surpresos com a negativa de recebimento pelo INCRA, que todos os órgãos envolvidos com as questões relacionadas à reforma agrária estão sendo sucateados. Que o MST quer sair dessa reunião com a Mesa de Diálogo com algo concreto, que se tem mais 03 (três) áreas com mandados de reintegração de posse iminente, solicitaram que a Polícia Militar seja imparcial e que as próximas 02 (duas) semanas sejam pacíficas, que, apesar de ser importante, só uma visita no local não vai resolver o conflito, que a Mesa de Diálogo tem que ter mais agilidade na resolução do caso.

Edmar Gadelha, representante da EMATER, fez um breve relato da antiga atuação da EMATER e da antiga comissão agrária do INCRA e indagou como avançar nessas questões.

Alexandre Chumbinho, Secretário Adjunto da SEDA, pontuou que o proprietário da área está foragido, mas que deve ter algum representante legal, que sem as duas partes presentes não tem solução para o problema. Informou que o proprietário estava sendo receptivo às negociações, tanto que fez o contrato de comodato com o MST. A proposta é retomar as negociações, pelo INCRA, de desapropriação, uma vez que a fazenda não está ocupada.

Robson, INCRA, informou que o protocolo é o procedimento padrão, regimental da autarquia, para a recepção de documentos. Pontuou que já foram feitas diversas tentativas de negociação e tomadas as medidas cabíveis para o desapropriação. Informou, mais, que a ouvidoria foi extinta, mas que continua presente na casa, que a forma mais rápida e fácil para resolver o problema é a compra e venda. Que a reunião da Mesa de Diálogo já é uma provocação ao INCRA para que se inicie o processo de compra e venda do imóvel e para que o proprietário forneça a documentação necessária.

Dr. Afonso Henrique, pontuou que a forma do INCRA lidar como MST mudou, que ficou mais burocrático.

Cristiano, MST, pontuou que o governo federal entregou a reforma agrária nas mãos do Ministério da Agricultura. Informou que o MST consegue ter audiências com o chefe federal do INCRA para resolver problemas da reforma agrária, que não faz diferença as reuniões serem realizadas aqui em Minas Gerais ou em Brasília. Salientou que o INCRA é estrutura do Estado e que tem que ter interesse em avançar nas pautas.

O representante do INCRA, Robson, informou que não terá nenhum representante do INCRA na reunião de amanhã.

Os representantes do MST agradeceram a voz nas reuniões da Mesa de Diálogo e que todos querem apenas terra para trabalhar.

ENCAMINHAMENTOS:

- Visita amanhã, dia 12/04/2017, no local da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, membros do Governo e Ministério Público.
- Documento encaminhado pela SEDA ao INCRA em busca da resolução pacífica do conflito.
- Criação de Câmara Setorial para acompanhar o processo de negociação.
- Acompanhamento, pela Mesa de Diálogo, das investigações policiais para que a verdade venha à tona.
- Fortalecimento e reestruturação da Delegacia de Conflitos Agrários – Polícia Civil.
- Realização de Audiência Pública onde os encaminhamentos serão respondidos.
- INCRA manifestar nos autos da Ação de Reintegração de Posse informando o interesse na desapropriação da área e solicitando que se decline a competência para a Vara Federal.
- Ofício ao Comando Geral da PMMG solicitando dilação de prazo para cumprimento do Mandado de Reintegração de Posse.
- Enviar ao INCRA cópia do contrato de Comodato, anexo ao ofício.
- O Ministério Público recorrerá da Decisão e tomará as devidas providencias nos Autos da Reintegração de Posse.
- Fundamental participação do Comandante da PMMG nas reuniões.

➤ Campos Altos – Fazenda Maranhão

Os representantes do MST informaram que estão tendo várias conversas com o comando da Polícia Militar em Campos Altos e que foram informados que no dia 18 de março do corrente ano haverá às 5h da manhã o cumprimento do mandado de reintegração de posse com a presença do Batalhão de Choque. Que são 600/700 famílias que não tem para onde ir são mais de 1300 barracas, que não vai ser uma operação rápida. Que é necessário mais diálogo para resolver a questão. Que no âmbito judiciário existem 03 agravos de instrumentos pendentes de julgamento. Informaram que a Polícia Militar solicitou à prefeitura de Campos Altos a disponibilização de 03 (três) patrões para a realização da operação.

Lígia solicitou que fosse enviado ofício e realizadas gestões junto ao Comando da Polícia Militar informando das negociações na Mesa de diálogo e requerendo um prazo maior para a realização da operação de reintegração de posse.

Lucas, Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, informou que estão sendo feitas conversas com as prefeituras da região em busca de novas áreas. Mas que encontra muitas barreiras porque não se tem com precisão o número de famílias nos acampamentos.

Cristiano, MST, solicitou que seja apresentada uma solução, que eles não têm como verificar com precisão o número de pessoas ocupantes na área, são 600 famílias tendo, em média, 05 (cinco) pessoas por família. Pediram que a Dalva da SEDPAC acompanhe de perto essa questão.

Dr. Afonso Henrique, pontuou que a destruição das casas somente poderá ser feita se o Mandado de Reintegração de Posse trazer claramente esse ponto. Informou, também, que ainda não foi realizada audiência *in loco* e assim, foi feito um pedido de reconsideração.

ENCAMINHAMENTOS:

- Oficiar o Comando Geral da Polícia Militar solicitando dilação de prazo para o cumprimento do Mandado de Reintegração de Posse. Informar que o processo de Reintegração de posse ainda não foi findado, que ainda existem agravos a serem julgados.

➤ Itatiaiuçu – Fazenda Monte Alvão

Cristiano, MST, informou que foi feita na Ação de Reintegração de Posse uma ementa à inicial, após a concessão da liminar de reintegração. Que a fazenda é abandonada, sendo de propriedade do Eike Batista. Que estão acampados na área cerca de 700 famílias. Que o pedido de reintegração de posse foi feito pelo arrendatário da fazenda.

Representantes do MST colocaram em dúvida o contrato de arrendamento, disseram que não se sabe o que tem por traz dessa situação. Que o Eike Batista tem muitas áreas na região de Itatiaiuçu.

Wilton, representante da SEDPAC, informou que o contrato de arrendamento tem vários vícios, que não possui procuração da empresa MMX, só existe reconhecimento de firma na assinatura do arrendatário que só foi reconhecida posteriormente à ocupação de área. Que não tem nenhuma informação que remeta à propriedade.

Dr. Afonso Henrique informou que o Ministério Público vai ajuizar Agravo de Instrumento como de praxe, que as questões são de grande relevância podendo até acarretar nulidades processuais. Indagou a Polícia Militar qual é a ordem, critérios para que sejam cumpridas as ordens judiciais pela Polícia Militar, que as ordens são cumpridas sem que sejam feitas as mediações conforme previsto no CPC. A questão é técnica, é dever do Estado proceder a mediação. Propõe conversa com a Polícia Militar para que não seja cumprido Mandado de Reintegração de posse sem as devidas negociações. Pontuou que o Projeto de Lei traz questões que já existem no CPC. Salientou que o judiciário é rápido em ações coletivas.

Major Madureira, representante da Polícia Militar, disse que as questões são pontuais, que todas as diretrizes da Polícia Militar são cumpridas. Que alguns casos devem ser levados à corregedoria para que se verifiquem os erros da Polícia Militar.

Ligia sugeriu encaminhar audiência pública para se discutir o projeto de lei. Salientou que do ponto de vista do comando geral da Polícia Militar está havendo uma mudança de postura no intuito de se fazer mediação. A mesa está tomando as providências cabíveis nesse sentido.

Dalva, SEDPAC, posicionou no sentido de que a Mesa de Diálogo deve construir um diálogo positivo com o Comando da Polícia Militar.

ENCAMINHAMENTOS:

- Fazer levantamento fiscal da Fazenda Monte Alvão e das empresas pertencentes à Eike Batista.
- O Eike Batista possui uma série de fazendas na região de Itatiaiuçu com a finalidade de mineração, que as áreas são grandes e improdutivas. INCRA poderia fazer um levantamento de tais fazendas para fins de reforma agrária.